

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

2ª Reunião Extraordinária 08 de Maio de 2024 às 14:30 horas no Plenário José Bonifácio.

Presidente: Deputada Solange Freitas

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei Complementar 89/2019	Deputado Coronel Telhada	Proíbe o afastamento de policiais envolvidos em ocorrência policial de sua atividade-fim sem a instauração de procedimento administrativo ou por ordem de autoridade judiciária competente.	Deputado Alex Madureira	favorável. Voto em Separado do Deputado Luiz Claudio Marcolino favorável na forma do substitutivo ora apresentado.	L.C.M.
2	Projeto de lei Complementar 73/2023	Deputada Beth Sahão	Altera a Lei Estadual nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, para garantir Licença Menstrual para pessoas que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.	Deputado Guilherme Cortez	favorável	
3	Projeto de lei Complementar 76/2023	Deputada Dani Alonso	Altera a Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013, que institui a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar - DEJEM, aos integrantes da Polícia Militar do Estado.	Deputado Gilmaci Santos	favorável	
4	Projeto de lei Complementar 106/2023	Deputado Reis	Reestrutura as carreiras da Polícia Civil do Estado, fixa o subsídio mensal dos membros das referidas carreiras, conforme o §9º do artigo 144 c.c. artigo 37, §4º, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil.	Deputado Luiz Claudio Marcolino	favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela CCJR com a emenda ora apresentada, e contrários à emenda nº1	

5	Projeto de lei Complementar 109/2023	Deputado Major Mecca	Acrescenta nova redação ao Capítulo XIV e cria o Capítulo XV alterando a numeração dos artigos subsequentes da Lei Complementar nº 893, de 09 de março de 2001, que institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.	Deputado Gilmaci Santos	favorável	
6	Projeto de lei Complementar 128/2023	Deputada Professora Bebel	Altera a Lei Complementar nº 1041, de 14 de abril de 2008, que dispõe sobre o vencimento, a remuneração ou o salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde.	Deputado Guilherme Cortez	favorável	
7	Projeto de lei 990/2019	Deputado Sergio Victor	Altera a Lei nº 13.457, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre o processo administrativo tributário, decorrente de lançamento de ofício e dá outras providências.	Deputado Helinho Zanatta	favorável	L.C.M.
8	Projeto de lei 123/2023	Deputado Major Mecca	Exime de responsabilização os agentes públicos, em caso de dano material causado na condução de viaturas ou veículos de socorro.	Deputado Alex Madureira	favorável	
9	Projeto de lei 180/2023	Deputado Carlos Giannazi	Autoriza o Poder Executivo a fazer constar de todos os editais de licitação e contratos diretos sem licitação para execução de obras públicas a exigência de reserva de vagas de emprego para afrodescendentes e indígenas.	Deputado Gilmaci Santos	contrário. Voto em Separado do Deputado Guilherme Cortez favorável.	G.C.
10	Projeto de lei 209/2023	Deputado Carlos Giannazi	Assegura a professores eventuais a contratação com garantia de percepção mínima de aulas, jornada e remuneração.	Deputado Guilherme Cortez	favorável	
11	Projeto de lei 380/2023	Deputado Teonilio Barba	Isenta do pagamento de taxas a emissão da segunda via de documentos danificados ou extraviados por ocorrência de catástrofe da natureza.	Deputado Gilmaci Santos	contrário	L.C.M.

12	Projeto de lei 477/2023	Deputada Dani Alonso	Obriga a inserção de código bidimensional QR Code (Quick Response Code) nas placas de obras públicas para acesso à página da transparência do órgão executor.	Deputado Itamar Borges	favorável	
13	Projeto de lei 964/2023	Deputado Valdomiro Lopes	Fixa novo prazo para inscrição de servidores do IAMSPE.	Deputado Gilmaci Santos	favorável	
14	Projeto de lei 1081/2023	Deputada Professora Bebel	Estabelece procedimento indenizatório para os servidores públicos do Estado em virtude de receberem seus vencimentos por trinta dias de trabalho mesmo nos meses em que há trinta e um dias.	Deputado Guilherme Cortez	favorável	

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

2ª Reunião Extraordinária 08 de Maio de 2024 às 14:30 horas no Plenário José Bonifácio.

Presidente: Deputada Solange Freitas

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
15	Projeto de lei 1621/2023	Deputado Bruno Zambelli	(CONCLUSIVA) Institui o "Dia do Despachante Aduaneiro", incluindo-o no Calendário Oficial do Estado.	Deputado Luiz Claudio Marcolino	favorável	
16	Moção 145/2023	Deputada Márcia Lia	(CONCLUSIVA) Repudia a Unilever Brasil pelo assédio moral e demissão de forma arbitrária e ilegal do funcionário Kelvin Saragossa Santos.	Deputado Gilmaci Santos	contrário	L.C.M.
17	Moção 146/2023	Deputada Márcia Lia	(CONCLUSIVA) Repudia o Extra Ricardo Jafet pelo assédio moral e demissão de forma arbitrária e ilegal do funcionário Kelvin Saragossa Santos.	Deputado Gilmaci Santos	contrário	L.C.M.

Item 18 - Requerimento 617/2024 - De autoria do Deputado Luiz Claudio Marcolino, requer que seja convocada a Senhora Maria das Graças Bigal Barboza da Silva, Superintendente do IAMSPE (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual), para prestar esclarecimentos sobre assistência médica aos servidores.

Item 19 - Requerimento 743/2024 - De autoria do Deputado Carlos Giannazi, requer a convocação do Secretário de Estado de Gestão e Governo Digital, Sr. Caio Paes de Andrade, e do Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, Sr. Eduardo Aggio de Sá, para que esclareçam, perante esta Comissão Permanente, sobre as justificativas para edição do Decreto nº 68.481/2024, do Governador, que cuida da transferência de cargos e funções-atividades que especifica, e da Portaria nº 2.953/2024, que cessa os afastamentos dos servidores que especifica.

Item 20 - Requerimento nº 804/2024 - De autoria da Deputada Solange Freitas, requer a esta Comissão autorização para realizar audiência pública a fim de promover discussão entre membros da Administração Pública e da Sociedade Civil, sobre o ocorrido no caso do estudante da Praia Grande agredido em banheiro de escola, resultando em seu óbito.